

Bolsonaro, o liberalismo político e a democracia

Luiz Gonzaga Belluzzo

CartaCapital, 21.3.2018

A turma das finanças que ovacionou o paradoxal candidato vaiaria, certamente, Keynes

Leio na *Folha de S.Paulo*: Jair Bolsonaro, pré-candidato à Presidência da República, foi aplaudido de pé em evento promovido pelo Banco BTG Pactual. Na plateia, acotovelavam-se investidores e gentes do mercado financeiro. Em sua arenga, relata o jornal, [Bolsonaro](#) fez reverências ao credo do liberalismo econômico e teria prometido metralhar a Rocinha, depois de panfletagem aérea ordenando a desocupação da favela.

O pré-candidato tem sido incessantemente interpelado por gentes dos “mercados” e jornalistas idem. Cobram a apostasia de sua alegada filiação pretérita ao pensamento e, pior, às práticas nacional-desenvolvimentistas que teriam sido cortejadas e adotadas por militares ao longo da história recente do Brasil.

Em entrevista, Jair Bolsonaro desmentiu as rajadas de metralhadora. Aconselhado por um insigne economista, Paulo Guedes, Bolsonaro deve ter sido alertado para os riscos de reincidir nas frequentes colisões entre os protestos de adesão ao [liberalismo econômico](#) e os rompantes antidemocráticos que acometem seu pensamento político.

Bolsonaro não é pioneiro em suas contradições. John Locke, pai do liberalismo, exigia uma vigorosa ação do Estado para disciplinar a chusma de vagabundos e desempregados. Essa rafameia deveria ser internada para recuperação em *workhouses*, verdadeiros antecessores dos campos de concentração ou enviada às galés para retificar o espírito.

Locke considerava a escravidão nas colônias um direito indisputável do “homem livre” e redigiu pessoalmente a cláusula da Constituição da Carolina, que afirmava: “Todo homem livre da Carolina deve ter poder absoluto e autoridade sobre seus escravos negros, suas opiniões e religião”. O filósofo investiu no tráfico de escravos negros, enquanto acionista da [Royal African Company](#).

Autor da *Fábula das Abelhas*, famoso breviário do liberalismo econômico, Bernard Mandeville tinha horror a qualquer intervenção legislativa do Estado destinada a proteger “aquela parte mais mesquinha e pobre da sociedade”, condenada a desenvolver um “trabalho sujo e digno de escravos”.

Já o economista austríaco Friedrich Hayek, ilustre libertário, escreveu em 1973 o artigo *Economic Freedom and Representative Government*: “Há um conflito irreconciliável entre [democracia e capitalismo](#) – não se trata da democracia como tal, mas de determinadas formas de organização democrática... Agora, tornou-se indiscutível que os poderes da maioria são ilimitados e que governos com poderes ilimitados devem servir às maiorias e aos interesses especiais de grupos econômicos”.

O economista português Francisco Louçã lembra: Friedrich Hayek escreveu em 1962 uma carta ao ditador Salazar, explicando a motivação para o envio do seu livro *The Constitution of Liberty*, que o devia ajudar “na tarefa de desenhar uma Constituição que previna os abusos da democracia”.

Louçã ainda registra: tendo visitado o Chile quando a ditadura estava bem estabelecida – e os seus desmandos estavam demonstrados e eram públicos e notórios –, Hayek expressou a sua adesão à nova ordem numa entrevista ao principal jornal do regime, o *El Mercurio*, em 19 de abril de 1981. Nela declarava sem ambiguidades que “a democracia precisa de uma boa limpeza por um governo forte”. Uma boa limpeza. As palavras foram cuidadosamente escolhidas: “Como compreenderão, é possível a um ditador governar de modo liberal. E também é possível a uma democracia governar com total falta de liberalismo. Pessoalmente, eu prefiro um ditador liberal a um governo democrático a que falte liberalismo”.

Liberal, John Maynard Keynes lutou contra as “velhas ideias”. Ainda jovem, em 1904, antes de suas aventuras como economista, Keynes contestou o ataque de Edmund Burke à democracia: “A democracia ainda está sob julgamento, mas não caiu em desgraça; é verdade que não opera à plena força, por duas razões: uma mais ou menos permanente e a outra transitória. Em primeiro lugar, seja qual for a representação numérica da Riqueza, seu poder será sempre desproporcional; em segundo lugar, a defeituosa organização das classes menos favorecidas impede uma alteração mais abrangente do balanço preexistente do poder”.

Ao escrever *As Consequências Econômicas da Paz*, [Keynes](#) completou seu diagnóstico de 1904: “As classes trabalhadoras aceitaram por ignorância ou impotência, ou foram persuadidas ou tapeadas por hábitos, convenções ou autoridade da bem estabelecida ordem da sociedade, a aceitar uma situação na qual tinham uma participação muito pequena no bolo que eles, a natureza e os capitalistas, cooperaram em produzir”.

Keynes seria vaiado nos salões da finança brasileira.